

Desenvolvimento e Subdesenvolvimento (1961) de Celso Furtado: consolidação teórica e análise histórica.

Roberto Pereira Silva¹

Resumo

O artigo revisita o livro *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961) de Celso Furtado, buscando recuperar as principais propostas apresentadas, sob a ótica da teoria do subdesenvolvimento e da perspectiva da análise histórica. Buscamos identificar a coerência interna do livro, bem como enfatizar a importância da análise histórica tanto para a formulação de sua teoria do subdesenvolvimento, quanto para a intervenção na discussão de política econômica.

Palavras-chave: Celso Furtado; História do Pensamento Econômico; Desenvolvimento econômico

Area temática 3 - História Econômica, do Pensamento Econômico e Demografia Histórica

Introdução

¹ Professor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG). O autor agradece o auxílio recebido da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

Nas efemérides que marcaram os 60 anos de *Formação Econômica do Brasil*, em 2019 e o centenário de nascimento de Celso Furtado, em 2020, ampliaram-se os estudos e livros sobre sua obra. De importância inegável para as ciências sociais e fonte ainda não exaurida de inspiração para (re)leituras sobre o passado econômico brasileiro, *Formação* pode ter ofuscado o livro seguinte de Celso Furtado, *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Publicado em 1961 e fora de catálogo até sua reedição em 2009, a obra não parece ter suscitado o mesmo impulso de interpretação que a “obra-prima do estruturalismo latino-americano”, para retomarmos uma expressão lapidar de Ricardo Bielschowsky.²

Ora, não seria inexato dizer que o próprio autor tenha contribuído para minorar a importância do livro ao enfatizar, no prefácio, que se tratava de “uma série de estudos elaborados em um período de quase dez anos” e caracterizá-lo como “simples tateamento em terras quase inexploradas” (Furtado, 2009, pp. 17 e 21). Ao apresentá-lo assim, o autor pode ter traçado uma diferença em relação à coerência e unidade de *Formação Econômica do Brasil*. Além disso, enquanto retomou em textos memorialísticos as condições de produção e as ideias do livro de 1959, as menções à *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* são mais escassas. Relembrando o início de 1961, diz: “meu livro *Formação econômica do Brasil* [...] era objeto de debates em muitas instituições de pesquisa e ensino, e eu acabara de preparar um livro de teoria econômica que intitulei *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*” (Furtado, 1997b, p. 161). Em *Os ares do mundo*, lemos: “eu já havia publicado em francês e em inglês o meu texto *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Fui então convidado a refundi-lo e dar-lhe maior abrangência, o que originou o meu *Teoria e política do desenvolvimento econômico*, obra que enfeixa o essencial do meu enfoque estrutural da gênese do fenômeno do subdesenvolvimento e de sua contrapartida, a dependência externa, no processo de formação do sistema econômico mundial” (Furtado, 1997d, p. 181). Em seus diários, o livro é mencionado na entrada de 21 de outubro de 1960 quando, entre outros projetos para o futuro, figura “preparar esse livro de ensaios teóricos” (Furtado, 2019, p. 210).

As menções à obra destacam sua superação pela reescritura e publicação de *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, esta sim, consolidando a interpretação sobre o subdesenvolvimento e sua contribuição para o estruturalismo latino-americano. Esse movimento, aliás, pode ser visto na carta para Carlos Rama, datada de 31 de julho de

² Nunca é demais assinalar que *Formação econômica do Brasil* deu origem a três livros comemorativos (além da própria edição de 50 anos, que trouxe a fortuna crítica sobre a obra). Nada semelhante aconteceu com *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*.

1970 em que explica: “minhas ideias sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento estão reunidas no livro *Teoría y política del desarrollo económico*, Siglo XXI” (Furtado, 2021, p. 325).³

Já a compreensão do livro como “de teoria econômica” e “ensaios teóricos” minimiza a análise histórica que lhe dá substrato e fornece o principal critério de validação para sua teoria do subdesenvolvimento.

Essa visão é corroborada Tamás Szmrecsányi (2001, p. 347) que, referindo-se aos principais livros teóricos de Furtado, dentre os quais, *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, afirma: “cada um deles pode ser tomado como uma síntese da evolução do pensamento do autor nos anos que precederam sua respectiva publicação” e, mais adiante, afirma: “a primeira consolidação do pensamento teórico de Furtado deu-se através do seu livro *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (idem, p. 349).

Para Ricardo Bielschowsky (2001, p. 113), “é razoável afirmar que as duas obras teórico-históricas mais importantes são *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961) e *Teoria e Política do desenvolvimento econômico* (1967)”. Contudo, refere-se com frequência ao livro como reunião de ensaios (Bielschowsky, 2004, pp. 133, 138, 144), o que talvez demonstre certa dificuldade de percebê-lo como obra de síntese.

Carlos Mallorquín (2005), em *Celso Furtado: um retrato intelectual*, preferiu a análise cronológica dos artigos que compõem o livro, comparando-os com versões anteriores e também contrapondo-os a outras obras do autor. Essa opção metodológica ressalta mais a fragmentação do livro em artigos do que sua unidade como obra de síntese. Procedendo dessa maneira, interpreta-o enquanto parte de um projeto maior de Furtado que só será consolidado nas décadas de 1970 e 1980, qual seja, a fundação do estruturalismo latino-americano. Em sua análise, abundam qualificativos para a produção da década de 1950 como os de “ambivalência”, “ambiguidades”, “tropeços iniciais”, “experimentação teórica”, e “transformação e avanço teórico” (idem, pp. 117, 118 e 128). Para o autor, o estruturalismo de Celso Furtado apenas se consolida com a formulação de um conjunto de conceitos alternativos às categorias da ciência econômica “convencional”. Assim, ambivalências e ambiguidades aparecem no processo de formulação do estruturalismo latino-americano, enquanto ainda não conseguia se desvencilhar do instrumento típico do *mainstream*.

³ Ver também a carta para Joseph Love, de 22 de dezembro de 1982, onde descreve que algumas de suas principais ideias sobre o subdesenvolvimento podem ser encontradas “em Teoria e política do desenvolvimento econômico, mas eu as vinha trabalhando de muito antes” (Furtado, 2021, p. 329).

A mesma dificuldade de classificação também esteve presente na recepção internacional do livro, captada pelas resenhas às edições norte-americana e francesa.

Para Hans W. Mueller (1963, p. 485), embora se trate de uma coleção de artigos, “a reunião de um esforço cronologicamente interrompidos é dificilmente perceptível”. Já quanto à natureza do livro, define-o por analogia com a composição musical: “Furtado prefere tecer um motivo teórico bastante simples em uma variedade de temas retirados da história econômica (idem, ibidem).

Maurice Dobb (1965, p. 461) também indica que por detrás da reunião de artigos, existe “um fio conector das ideias atravessando estudos aparentemente diversos e dando unidade teórica à reunião”.

Stephen E. Deutsch (1966) apresenta o livro como um exame das teorias do desenvolvimento econômico desde o século XVIII com o objetivo de “oferecer uma perspectiva estrutural de relevância prática construída sobre material histórico e teórico”. Contudo, a despeito da proposta interdisciplinar do economista brasileiro, Deutsch afirma que “o livro é amplamente circunscrito à análise econômica e o tratamento é bastante técnico” (Deutsch, 1966, p. 95).

Em 1966, *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* é publicado em tradução francesa, acrescida do ensaio de 1965 sobre a tese da estagnação na América Latina, “Fatores estruturais internos que impedem o desenvolvimento”. Esse texto reteve as atenções de Maurice Byé, autor pelo prefácio.

Relembrando os laços que o unem a Furtado, uma vez que fora seu orientador de tese, na década de 1940, o economista francês considera esse livro o “resultado provisório de uma vida científica ativa” (BYÉ, 1966, p. 1). Para ele, a definição de subdesenvolvimento de Furtado é resultado da percepção de que a teoria econômica tem validade e aplicabilidade apenas para os países desenvolvidos. Assim, para decifrar o subdesenvolvimento e formular um “modelo explicativo, é preciso, em primeiro lugar, assim como fez Celso Furtado, interrogar a História e a Sociologia” (idem, p. 2).

Livro de difícil classificação, posicionado entre a síntese e a coletânea e sendo interpretado ora como obra teórica, ora como junção de teoria e análise histórica, essa ubiquidade pode ter deixado o livro suspenso no conjunto da obra de Furtado. Sem o nível de formalização de *Teoria e política do desenvolvimento econômico*, também não trazia o esforço de análise histórica de *Formação econômica do Brasil*, embora a história seja o grande diferencial de *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* na constelação de trabalhos que discutiam o subdesenvolvimento no período.

A melhor tentativa de compreensão das relações entre história e teoria do desenvolvimento e, também da aproximação entre as duas obras como complementares de um mesmo método de análise é o prefácio de Ruggiero Romano à edição italiana de *Formação Econômica do Brasil*. O historiador entende os dois livros como complementares, abordando *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* também como uma síntese de análise história e teoria econômica.

Para ex-aluno e colaborador de Fernand Braudel:

a influência profunda da análise histórica sobre a obra econômica de Celso Furtado é vista em *Développement et sous-développement*, que me parece constituir uma das obras mais completas e mais maduras que até hoje dispomos para o estudo – consistente, compacto, concreto, do subdesenvolvimento. Assim como *Formação econômica do Brasil* consegue nos mostrar o mecanismo pelo qual a economia atual de um país se realizou, assim também *Développement et sous-développement* deriva sua originalidade não só da força de penetração do discernimento econômico – em nível técnico – de Celso Furtado, mas também do enriquecimento que esse discernimento extrai justamente da análise histórica preliminar (idem p. 437).

Em outro momento do texto, ainda, Romano extrai duas consequências essenciais da definição de subdesenvolvimento enquanto resultado da penetração de um setor capitalista moderno em uma estrutura arcaica. Enquanto obra afinada com os princípios históricos, Celso Furtado evita o anacronismo de “comparar situações da história econômica da Europa pré-Revolução Industrial com situações de ‘países subdesenvolvidos’ de hoje”. Já sob a perspectiva econômica, a ênfase na historicidade do subdesenvolvimento recusa “o princípio de uma espécie de inelutabilidade do subdesenvolvimento, como fase inevitável pela qual se *deve* passar” (idem, pp. 442-443).

Autor afinado com a proposta de junção entre história e ciências sociais que marcou o projeto da Escola dos *Annales*, Ruggiero Romano captou como ninguém, antes e depois dele, a irmandade dos dois livros, complementaridade que talvez o destino de *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, transformado em outro livro, mais teórico ou, em um “estudo bem mais abrangente e ambicioso”, veio a apagar (Szmrecsányi, 2001, p. 354).

A aproximação com *Formação econômica do Brasil*, contudo, não esgota a singularidade desse livro de 1961. É possível compará-lo, também, com *A economia brasileira (contribuição à análise de seu desenvolvimento)* de 1954, pois há opções metodológicas em ambos que são reveladoras da organização do pensamento de Celso Furtado.

Há textos comuns nas duas obras. O último capítulo do livro de 1954 transformou-se nos dois primeiros de *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, com ampliações. Além

disso, há passagens sobre o sistema industrial que aparecem no livro de 1954 e foram ampliadas em 1961. Ademais, a interpretação da crise de 1929 e da política de manutenção da renda, presente nos livros de 1954 e 1959 está incorporada na exposição sobre o processo de substituição de importações em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Mas, para além dessas modificações, a disposição dos capítulos é fundamental. Enquanto *Economia Brasileira* era um livro de análise histórica com uma discussão teórica no capítulo final, em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* o movimento é inverso: parte-se da revisão do desenvolvimento econômico na história do pensamento econômico até chegar-se a uma análise histórica da formação do subdesenvolvimento, concluindo-se com um capítulo sobre a situação recente do Brasil. Como se na obra de 1954 a elaboração teórica, inovadora, só teria validade como corolário final da análise histórica e empírica da economia brasileira. Em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, ao contrário, as formulações teóricas vão sendo apresentadas e adensadas no próprio andamento da análise, que parte de categorias gerais, tais como o impulso externo, o excedente econômico, as formas de distribuição de renda, até o exame dos problemas concretos das economias latino-americanas, a tendência ao desequilíbrio externo, as dificuldades do avanço na substituição de importações e as origens e causas da inflação. Mais convicto da retidão de suas análises e do método de reconstrução histórica que apresentou de maneira acabada em *Formação econômica do Brasil* (1959), o livro de 1961 aparece como um desdobramento teórico do anterior: enquanto *Formação* demonstrou a constituição histórica do subdesenvolvimento, este demonstra a construção teórica do subdesenvolvimento derivando-a da análise histórica. Essa junção de formulação teórica erigida sobre o substrato da releitura do passado econômico de um continente é talvez a marca principal desse livro enquanto obra de conjunto, de síntese, não apenas da obra anterior do economista, mas também enquanto súpula teórica a respeito da conceitualização do que é o subdesenvolvimento.

No que se segue, iremos destacar esse caráter de síntese, de concatenação dos conceitos e categorias, demonstrando como cada capítulo prepara o seguinte para, ao final, chegar-se a uma análise da economia brasileira. Ao mesmo tempo, identificaremos a origem dos textos e faremos referência aos problemas mais gerais que cada parte do livro discute, remetendo-as ao quadro mais amplo do pensamento do autor. Com isso, destacamos dois elementos característicos no livro: a importância da análise histórica para a formulação do conceito de subdesenvolvimento e a relação intrínseca entre formulação teórica e intervenção nas discussões sobre política econômica.

Desenvolvimento e Subdesenvolvimento: análise história e formulação teórica.

Desenvolvimento e Subdesenvolvimento possui, além da introdução, seis capítulos, distribuídos em duas partes, que dão título ao volume. O agrupamento dos textos não seguiu a ordem cronológica de publicações do autor, pois a primeira versão do segundo capítulo é de 1952, passando por modificações ao longo do tempo. Já o texto inicial do livro, “A teoria do desenvolvimento na ciência econômica”, fez sua primeira aparição no livro *A economia brasileira* (1954) e depois foi publicado em espanhol em *El trimestre económico* e, no Brasil, na *Revista de Ciências Econômicas*, em 1955. As reflexões apresentadas no texto, como observa Maurício Coutinho (2009), podem remontar à época de seus estudos doutorais em Paris. A versão de 1961 traz uma inédita exposição sobre a teoria econômica de Marx.⁴

O objetivo do artigo é revisar a noção de desenvolvimento na teoria econômica. Para Furtado, a problemática vinha ganhando espaço com a teoria dos ciclos econômicos, avançando para modelos e formulações a respeito do mecanismo de desenvolvimento. Contudo, sua proposta leva-o a reler o conhecimento disponível sobre o tema como forma de assentar sua própria teoria. Para isso, Furtado examina os economistas clássicos, demonstrando que, embora a noção de desenvolvimento estivesse ausente de suas reflexões, eles avançaram em questões fundamentais como a importância da elevação da produtividade e a percepção, melhor explicitada em Ricardo, de que a distribuição e repartição da renda entre os grupos sociais é crucial para a compreensão do mecanismo de desenvolvimento. As principais críticas à escola recaem na generalização da experiência inglesa como modelo teórico aplicável a qualquer economia e a ênfase que deram à tendência decrescente da taxa de lucros que, para Furtado, é uma teoria do próprio colapso da economia capitalista.

A discussão do modelo de Marx, autor pouco citado nas versões anteriores do texto, enfatiza que o empreendimento do autor de *O Capital* foi utilizar os conceitos da Ciência Econômica para fundamentar sua visão política da superação do capitalismo.⁵ Imbuído desse objetivo, a reflexão de Marx apresentou algumas falhas em sua coerência interna e na própria previsão do colapso do sistema econômico. As críticas de Furtado

⁴ Para um cotejo entre as duas versões do texto, ver Pereira (2014). Uma comparação entre as revisões da história do pensamento econômico feitas por Celso Furtado e Caio Prado Júnior foi elaborada por Silva e Battahin (2019).

⁵ A crítica ao modelo de Marx inquieta os intérpretes da obra de Furtado, pois ele mesmo enfatiza (Furtado, 1997c) a influência da teoria de história de Marx em sua formação. Francisco de Oliveira (2003, pp. 24-25) argumenta que essa crítica teórica foi uma estratégia política, no contexto de inícios dos anos de 1960, para manter a esquerda como sua aliada política nas reformas de base, mas refutando a opção revolucionária que essa corrente propunha.

recaem sobre a transformação da teoria do valor trabalho dos Clássicos em uma teoria da mais-valia que, ao concentrar a explicação na força de trabalho, não considerou o papel do capital como criador de valor. Além disso, outro problema da teoria marxista é o papel dado ao exército industrial de reserva e a retomada da tendência da taxa decrescente de livros. Ora, se para Marx a solução para a queda dos lucros é a intensificação do capital, aumentando o desemprego, Furtado argumenta que a única explicação para os capitalistas intensificarem os investimentos em capital em um cenário de crescente desemprego seria se “os maiores interessados na destruição do capitalismo são os próprios capitalistas” (Furtado, 2009, p. 57).

A crítica aos neoclássicos é também radical. Ao proporem a substituição do valor trabalho pelo valor-utilidade e concentrarem-se na noção de equilíbrio, excluíram qualquer possibilidade de uma teoria do desenvolvimento econômico pois negavam a existência de desequilíbrios e de excedente econômico que proporcionasse modificações estruturais capazes de desencadear um processo de modificação produtiva.

Sob a rubrica de “A teoria do empresário”, Furtado discute as propostas de Wicksell e Schumpeter.⁶ Se o primeiro foi responsável por entender o desequilíbrio dos neoclássicos como resultado de diferenças na oferta e na procura globais, o segundo extraiu dessas conclusões sua teoria do desenvolvimento ao colocar o empresário no centro do processo, criando lucro de monopólio através de inovações tecnológicas, que o colocariam à frente de seus concorrentes até a difusão das inovações reequilibrar a taxa de lucro do sistema. A principal crítica à Schumpeter residiria no caráter a-histórico do empresário. Ademais, sua teoria coloca todo o aumento de produtividade nas inovações tecnológicas, enquanto, “a espinha dorsal deste não está na inovação e sim na acumulação de capital” (2009, p. 78).

O último modelo examinado por Furtado é o da maturidade econômica.⁷ Aqui, recupera-se os determinantes para o investimento de Keynes, dados pela eficiência marginal do capital, a taxa de juros e as condições para manter a demanda efetiva. Em seguida, discute os aportes de Alvin Hansen, para quem uma economia “madura” é aquela em que não há incentivos para investir. Para Furtado, a importância dessas teorias está em reconhecer o papel da formação e da acumulação de capital e a compreensão dos

⁶ Parte das críticas à Schumpeter foram apresentadas na polêmica com Ragnar Nurkse em texto cuja primeira versão (Furtado, 1952) serve de base para o capítulo seguinte do livro.

⁷ Essa seção manteve quase a mesma formulação nos dois livros, embora não há dúvidas de Furtado aprofundou a discussão sobre o desenvolvimento econômico no período letivo que passou em Cambridge. Para um exame dos avanços teóricos de Furtado nesse período, Boianovsky (2012).

fatores determinantes do investimento. Contudo, também recaem na interpretação da estagnação e da tendência à queda da taxa de lucro.

De todos os capítulos do livro, o segundo “O mecanismo de desenvolvimento”, teve a maior fortuna crítica. Elaborado inicialmente como comentário às conferências que o economista Ragnar Nurkse ministrou na Fundação Getúlio Vargas em 1951, as colocações de Furtado serviram para que apresentasse, pela primeira vez, sua concepção sobre desenvolvimento econômico. As diversas republicações do texto - em espanhol em 1953, em inglês nos *International Economics Papers* do Banco Mundial no ano seguinte e inserido como parte do sexto capítulo do livro *A Economia Brasileira* (1954) – tornaram seu autor conhecido e discutido internacionalmente.⁸ Nurkse, valendo-se da noção de círculo vicioso da pobreza, explicava que o baixo nível de renda das economias subdesenvolvidas implicava em um mercado consumidor restrito que, por sua vez, não estimulava investimentos capazes de aumentar a produtividade econômica o que, por sua vez, reiterava a carência de demanda e de capital. O artigo de Furtado refuta essa hipótese, discutindo as maneiras pelas quais uma economia subdesenvolvida pode sair do círculo vicioso da pobreza.

Para Furtado, economia subdesenvolvida é aquela que só consegue elevar a produtividade pela assimilação de técnicas existentes ou pela realocação de fatores produtivos, enquanto as desenvolvidas têm no desenvolvimento tecnológico o principal mecanismo de elevação da produtividade. O estabelecimento de uma linha de comércio externo, historicamente, foi o principal elemento impulsionador do desenvolvimento, permitindo romper o círculo vicioso de Ragnar Nurkse. Essa elevação da produtividade feita pela realocação dos fatores produtivos internos, decorrente da participação nas trocas internacionais, leva à concentração de renda no setor exportador, dando início a um processo de desenvolvimento com melhora da produtividade, desde que essa elevação do produto final se estenda para outros setores econômicos internos, em decorrência da demanda gerada pelo pagamento de salários no setor exportador, traduzindo-se em diversificação do consumo. Esse processo, ao se reproduzir no tempo, permite a continuidade do desenvolvimento, “abrindo novas oportunidades de inversão” (Furtado, 2009, p. 90).

Por outro lado, o reinvestimento do excedente de produção no mercado interno, condição para a continuidade do processo de desenvolvimento, depende de fatores institucionais, tais como a concentração da renda e a destinação desses recursos às

⁸ Dessa fortuna crítica, indicamos, Mallorquín (2005), Szmrecsányi (2001), Boianovsky (2010). Para um exame mais amplo do debate entre os dois economistas, ver também Silva (2015).

atividades internas. Dessa forma, o desenvolvimento não é um processo automático, pois fatores institucionais – neste ponto, a diversificação da procura e a concentração da renda – influem para que a poupança seja reincorporada ao processo produtivo, assim como a determinação parcela da renda disponível que será destinada a novos investimentos produtivos. Finalmente, nas economias subdesenvolvidas, os investimentos podem ser alocados em setores ligados ao consumo conspícuo, sendo necessária a orientação estatal para coordenar os investimentos segundo critérios de produtividade marginal social e economias externas, para assegurar que cada unidade de capital investido se transforme em um produto social maior. Trata-se de inovação considerável da parte de Furtado, pois, como destaca Mallorquín (2005, p. 53), ao propor esses critérios ele está recusando um dos conceitos básicos da teoria econômica, a noção de produtividade marginal.

Muitos desses temas serão modificados, adensados ou redimensionados nas diversas versões do texto.⁹ No entanto, devemos reter a atenção em alguns pontos. São eles: a importância do setor externo como elemento dinamizador do desenvolvimento econômico; os fatores institucionais que determinam a forma de apropriação da poupança e sua utilização seja em consumo, seja em importações; o planejamento econômico como instância fundamental para direcionar os recursos para sustentar o processo de desenvolvimento. Além desses, os fatores institucionais que atuam sobre a concentração da renda, os hábitos de consumo das elites que se apropriam do excedente e a transformação da poupança em investimento produtivo como condicionantes para iniciar o desenvolvimento. Merece destaque, também, a mobilização de autores como Max Weber, Thorstein Veblen e James Duesenbery para corroborar sua visão da importância das formas de dominação e dos hábitos de consumo das elites como fatores determinantes do uso da poupança.

A análise de Furtado demonstra que o processo de desenvolvimento não é automático, pois não há garantia nem de que o produto extra será canalizado para investimentos produtivos e, mesmo que isso aconteça, os automatismos do mercado não levariam, necessariamente a investimentos de maior produtividade marginal social. Disso decorre a importância do planejamento econômico.

Ao criticar o professor da Universidade de Columbia e demonstrar as condições para o surgimento de um impulso de desenvolvimento, Celso Furtado alerta que “a teoria da inversão é uma peça fundamental da teoria do desenvolvimento”, mas sua análise “não deve ser realizada em termos puramente abstratos” (Furtado, 2009, p. 100), pois precisa

⁹ Ver, sobre isso, as análises de Carlos Mallorquín (2005) e Boianovsky (2010).

incorporar os fatores institucionais que atuam em cada sociedade. Essas considerações preparam o capítulo seguinte revelando a tecitura do livro.

O capítulo 3, “O processo histórico de desenvolvimento” liga-se ao anterior, sendo uma espécie de investigação histórica dos fatores institucionais que determinam a transformação do excedente ou da acumulação de capital em investimentos. Publicado pela primeira vez no número inaugural da revista *Econômica Brasileira*, fundada em 1955, o artigo faz parte de um leque maior de preocupações do autor. Como Celso Furtado relembra em sua autobiografia: “trabalhava em três frentes: a) a teoria do desenvolvimento: gênese, história e mecanismos de acumulação; b) a economia brasileira: perspectiva histórica e problemas atuais; e c) crítica das ideias sobre desenvolvimento econômico” (Furtado, 1997a, p. 287). Furtado se refere ao período de publicação de *A economia brasileira* (1954) e aos anos subsequentes, nos quais o acirramento das disputas em torno das ideias desenvolvimentistas passaram a exigir um espaço amplo de debates. Daí a criação, sob sua direção, da nova revista e do *Clube dos Economistas*, que a sustenta e a organiza.¹⁰ O texto pode ser considerado tanto uma investigação sobre a gênese histórica do desenvolvimento, quanto uma crítica à teoria econômica.

A categoria fundamental da análise é a de excedente econômico, introduzida no ensaio anterior. O conceito, que fora utilizado pelos clássicos, mas abandonado posteriormente, é definido como “a diferença entre o produto bruto e ‘as necessidades da vida de todos ligados à produção’” (p. 106).¹¹ Para Furtado, caso o excedente obtido seja distribuído para o conjunto da sociedade e gasto na ampliação do consumo corrente, ocorrerá apenas uma melhora momentânea no nível de vida da coletividade, mas não um processo acumulativo de aumento da produtividade do sistema econômico. Um processo continuado de desenvolvimento ocorreu onde “grupos minoritários” apropriaram-se do “excedente de produção, permanente ou ocasional, do conjunto da coletividade”. São, portanto, as características de cada sociedade, sua divisão social e as formas de acesso ao excedente que determinam o processo de acumulação de capital, como fora anunciado no capítulo anterior.

¹⁰ “Como praticamente não tínhamos contato com o mundo universitário, os debates em torno da nova linha de pensamento circunscreviam-se a ambientes com pouco poder de irradiação. Pareceu-me oportuno que estabelecêssemos algum vínculo entre os que se interessavam pela nova forma de abordar os problemas econômicos e que dispuséssemos de um órgão para veicular essas ideias” (Furtado, 1997, p. 290).

¹¹ Curiosamente, Furtado não discutiu o excedente econômico no primeiro capítulo desse livro. Em *A Fantasia Organizada* (1997a, p. 285) lembra que o excedente também foi utilizado por Paul Baran, “partindo de outro enfoque metodológico”. O conceito aparece em *A economia brasileira* de 1954, mas em outro ponto do livro. Para um exame da importância dessa categoria na obra de Furtado ver (Bianconi; Coutinho, 2019).

Essa acumulação e concentração, ao se traduzir em aumento do consumo dos grupos minoritários, originou a necessidade de diversificar a oferta, o que pode ser feito das atividades comerciais. Dessa forma, a análise histórica das formas de apropriação do excedente encontra o “mecanismo de desenvolvimento”, descrito logo atrás, segundo o qual o comércio é capaz de gerar um impulso de aumento da produtividade. O conceito de excedente, portanto, permite a Celso Furtado combinar a teoria econômica com história e sociologia pelo viés da apropriação do excedente, feita por grupos sociais distintos, variando no tempo e no espaço.

Assim, na Antiguidade Clássica, a escravidão permitiu a apropriação do excedente, embora o crescimento econômico se desse pela incorporação de novos escravos ao processo produtivo, e não pelo progresso técnico e elevação da produtividade. O grupo que se apropriava do excedente diversificou seu consumo e a produção, e estabeleceu relações comerciais com outros povos. Isso deu origem a uma classe de comerciantes cuja riqueza assume “a forma de capital de giro e instrumentos de transporte em mãos dos intermediários, [e] abria as portas a novas expansões do comércio” (Furtado, 2009, p. 108). A crise do Mundo Antigo e o fechamento do Mar Mediterrâneo, por sua vez, ocasionaram “um atrofiamento da economia da Europa Ocidental, e não um retorno dessa economia a seu estado anterior”, pois “a redução da produção *per capita*, motivada pela desarticulação do sistema econômico, não traz consigo uma reversão às formas primitivas de produção”. Daí que Celso Furtado defina o feudalismo como uma “economia fechada de nível relativamente elevado de consumo” (idem, pp. 118-119).

Quando ocorre o Renascimento Comercial, no século XII, a Europa está preparada, sob o ponto de vista técnico, para responder ao novo aumento da produtividade exigido pela retomada do comércio, que atinge não apenas o campo, mas também as cidades. Com a expansão do comércio de longa distância, sujeito às vicissitudes de variação de preços, de naufrágios, etc, esse setor dinâmico passa a ter como variável fundamental para controlar e racionalizar suas operações, a redução dos custos de produção (idem pp. 130-131). Ora, a partir do século XIV, segundo Furtado, as linhas de expansão do comércio internacional estão saturadas e inicia-se um período de políticas protecionistas patrocinadas pelos Estados Nacionais nascentes, tendo repercutindo “no regime de organização da produção, passando os custos a ter significação crescente”. Assim, “surgira um novo sistema de organização da produção em que o custo de produção desempenhava papel fundamental” (idem pp. 131-133) e, dentre estes, o salário dos trabalhadores ocupava lugar central.

Assim, a passagem da economia comercial para a industrial é caracterizada pela incorporação do progresso técnico para redução dos custos de produção. Com isso, o uso do excedente, que era discricionário nos sistemas escravistas e comercial - podendo ser canalizado para novos investimentos visando ampliar o poder militar ou alargar o horizonte das trocas, mas também ser direcionado para obras improdutivas, sem que o nível geral da produção declinasse - agora a incorporação do excedente no processo produtivo torna-se a condição para a sobrevivência do novo sistema econômico.

Nas economias industriais, portanto, tem-se “a ascendência progressiva da técnica de produção ao ponto focal do sistema econômico” (idem, p. 134). A aplicação dos recursos disponíveis não depende mais da expansão da fronteira comercial, mas torna-se inerente ao processo produtivo, cuja condição de funcionamento passa a ser a diminuição dos custos e aumento da capacidade produtiva. Dessa forma, conclui Furtado:

A eficiência produtiva e o avanço da técnica constituem, portanto, no novo sistema econômico, a fonte do lucro do empresário e a oportunidade de aplicar remuneradoramente esses lucros. Cabe, assim, à tecnologia desempenhar o papel de fator dinâmico central na economia industrial. (idem, p. 137)

Essa análise histórica do desenvolvimento econômico europeu fornece a Celso Furtado definições e conceitos fundamentais para sua teoria do subdesenvolvimento. A primeira delas é a definição de Feudalismo, inspirada em Henri Pirenne, que vem utilizando desde sua tese de doutorado, em 1948, e que permanece em outras obras como *A economia brasileira* (1954) e que serviu de base à refutação da existência de feudalismo no Brasil. Ora, é essa definição também que permite explicar as rápidas transformações ocorridas na Europa a partir do século XII, impulsionadas pelo comércio. Importante, também, é a compreensão de que essa retomada teve origem fora da sociedade feudal, sendo resultado da busca de novas rotas comerciais pelos burgueses (habitantes dos burgos), uma classe fora dos estamentos feudais e cuja riqueza derivava não do acesso à terra, mas sim das transações comerciais. Dessa maneira, a discussão sobre a importância do excedente econômico e suas formas de manifestação na história encontraram, nessa interpretação de Henri Pirenne, uma comprovação também para a tese da importância do setor externo, comercial, para impulsionar o desenvolvimento, ampliando a produtividade.

Outro elemento central é a emergência dos sistemas industriais, caracterizados pela incorporação de progresso técnico. Esse processo internaliza *no sistema produtivo*, o que antes era decorrente de elementos institucionais, nas sociedades escravistas e comerciais. No sistema industrial, a relação entre lucros e reinvestimento produtivo se

automatizou, colocando o avanço tecnológico como condição de sobrevivência das economias industriais.

Aqui temos um passo fundamental na teoria do desenvolvimento econômico de Celso Furtado e na importância da tecnologia no processo de desenvolvimento econômico. Ora, desse sistema peculiar Celso Furtado deriva, agora sob linguagem econômica o que viera traçando pela análise histórica: “a estrutura do sistema produtivo [industrial] reflete, portanto, a forma de utilização da renda [...] Destarte, os problemas de desenvolvimento têm que ser considerados concomitantemente como problemas de produção e de distribuição” (Furtado, 2009, p. 142). Nesse caso, o funcionamento da economia industrial tem como fundamento a constante transformação de uma grande massa de renda em capital. Consideração que ecoa a importância dada no capítulo primeiro, às teorias da distribuição dos clássicos.

Com isso, uma nova peça é adicionada ao constructo intelectual de Furtado, qual seja, inovação tecnológica como condição para a manutenção e crescimento das economias industriais.

Encerrada essa primeira parte do livro, temos uma formulação em que, primeiro demonstrou-se a ausência de uma teoria econômica específica para explicar o desenvolvimento econômico. Em seguida, discutiu-se como esse fenômeno se processa, com ênfase nos mecanismos de elevação da produtividade, e os fatores institucionais que agem nesse processo. Dentre esses, o mais importante é a geração, apropriação e destinação do excedente econômico. Para isso entram fatores sociais e políticos, como os grupos dominantes nos sistemas políticos e as estruturas econômicas. Para demonstrar esse ponto, Furtado fez uma longa incursão histórica examinando como o excedente foi incorporação ou não na produção na Antiguidade, no mundo feudal, nas economias comerciais modernas e, finalmente, nas economias industriais. Nesse momento, análise histórica e formulação teórica se juntam, ao derivar historicamente as características dos sistemas industriais. Com esse quadro, Furtado parte para a discussão do subdesenvolvimento, o que será feito nos três últimos capítulos do livro.

A segunda parte do livro, intitulada “Subdesenvolvimento”, apresenta material que, embora escrito em 1958, tinha caráter inédito no Brasil. Os capítulos 4 e 5 são a tese que Furtado apresentou para um concurso de economia na Faculdade Nacional de Direito (atual UFRJ) – certame que, ademais, nunca se realizou enquanto Furtado foi candidato – e cujo capítulo que analisamos foi publicado, no mesmo ano, em inglês, espanhol e italiano.

O texto se inicia com a retomada da dimensão histórica do desenvolvimento. Contudo, se no capítulo anterior o sistema industrial foi examinado sob o crivo da relação entre tecnologia, diminuição dos custos e reinvestimento produtivo, Furtado passa a examinar a Revolução Industrial, entendida como um fenômeno que marcou uma “ruptura na economia mundial da época”. As transformações trazidas pelo evento foram: a) o crescimento econômico passou a ser um processo endógeno, decorrente da reinversão dos lucros no processo produtivo; b) as inovações tecnológicas se transformam no principal elemento dinamizador e promotor da acumulação de capital. Esses dois elementos, combinados, explicam como o aumento da produção, a partir da Revolução Industrial, foi acompanhada pela redução dos preços dos artigos finais, como resultado da incorporação tecnológica diminuindo os custos de produção. (Furtado, 2009, p. 150).

Para ele, a Revolução Industrial, em sua primeira fase, teve como elemento dinâmico o lado da *oferta*, com o efeito-preço atuando para desorganizar a produção artesanal existente no período, gerando uma crescente oferta de mão-de-obra que foi sendo absorvida pelo setor manufatureiro, mantendo-se um baixo nível de salários. Em um segundo momento, o efeito dinamizador da indústria começa a operar também do lado da *procura*, com o desenvolvimento do setor de bens de produção que absorve capitais e mão-de-obra, ampliando a massa de salários que, por sua vez, eleva a demanda por bens de consumo, fazendo com que esse setor intensifique sua demanda ao setor de bens de capitais. A interrelação entre os dois setores é examinada por Celso Furtado pensando em suas repercussões na distribuição da renda. De fato, esgotadas as possibilidades de absorção da mão-de-obra liberada pelos setores artesanais, a pressão pelo aumento dos salários atingiu, de início, o setor de bens de capital cuja consequência foi uma elevação dos seus preços, com repercussões no setor de consumo. É nesse momento que são dadas as condições históricas para o surgimento do subdesenvolvimento pois, a solução desse processo se fez a expansão comercial. Em suas palavras, “a economia inglesa logrou evitar a eutanásia precoce lançando-se numa grande ofensiva internacional” (Furtado, 2009, p. 156), período que coincidiu com a liberalização do comércio e exportações de capital do final do século XIX. Assim, a taxa de crescimento da economia inglesa se manteve, garantindo a expansão do setor de bens de capital para o exterior. Em consequência, intensificação da inovação tecnológica nesse setor, passa a ter um aumento de produtividade maior que as indústrias de bens de consumo, amplia os quantidade de recursos destinados à inovação tecnológica. Como resultado, ocorre “uma tendência a aumentar o grau de mecanização em todo o sistema, isto é, a aumentar a densidade de capital fixo por pessoa ocupada” (idem, p. 158). A tecnologia desenvolvida, por sua vez,

respondia ao principal problema da economia do país, qual seja, a escassez de mão-de-obra e a elevação dos salários.

O subdesenvolvimento, é um fenômeno resultante da expansão econômica dos países industriais. Essa expansão, ao conectar “sistemas econômicos seculares de variados tipos, mas todos de natureza pré-capitalista”, produziu “estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura pré-existente. Esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo” (Furtado, 2009, p. 161).

Nas palavras de Furtado:

O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento (idem, p. 161).

Essa é sua formulação clássica do subdesenvolvimento, resultado do processo de interligação subordinada das economias pré-capitalistas a um núcleo industrial. Enlace historicamente determinado e específico, pois se trata de fenômeno peculiar ao subdesenvolvimento que, por isso, não pode ser definido como um estágio ou etapa pela qual passaram todos os países até se industrializarem, mas como parte da própria dinâmica dos países industrializados.

Dessa caracterização do subdesenvolvimento como uma “cunha capitalista” em um sistema arcaico, Celso Furtado retoma a discussão sobre o mecanismo de desenvolvimento e as formas de redirecionamento do excedente econômico nesse sistema híbrido.

O setor moderno, ligado à exportação e resultante da expansão das economias industriais tende a atrair mão-de-obra do setor arcaico. A importação de técnicas poupadoras de mão-de-obra, aliada à grande oferta de trabalhadores no setor atrasado estabelece um nível de salário próximo ao mínimo de subsistência. Como resultado, tem-se elevação dos lucros e concentração da renda, a menos que a massa de salários no setor externo atinja proporções mais amplas no conjunto do sistema econômico. Ainda aqui, há fatores impeditivos ao desenvolvimento pois as decisões de investimento da classe empresarial são orientadas pelas “condições prevalecentes na economia a que pertence o capital” (idem, p. 164).

Em alguns países, como o Brasil, a massa de salários foi suficientemente ampla para criar uma faixa de consumo diversificado, geralmente atendido por importações. Como essas dependiam das receitas de exportação, sempre instáveis no mercado

internacional, o resultado foi a criação de um setor produtor de artigos manufaturados interno. Isso, por sua vez, deu origem a estruturas subdesenvolvidas complexas, nas quais, para além dos setores moderno exportador e do arcaico, forma-se um setor ligado “ao mercado interno de produtos manufaturados de consumo geral” (idem, p. 169). Nesse caso, a procura interna pode provocar “transformações estruturais no sistema”, como ocorreu com o surgimento de um núcleo industrial no Brasil, substituindo importações e ampliando sua presença na economia como um todo, em detrimento do setor pré-capitalista. Se o setor industrial interno consegue se expandir o suficiente para fabricar parte dos bens de capital de que necessita, sua participação aumentará, ainda que o setor dinâmico continue sendo aquele ligado às exportações. Contudo, e aqui podemos compreender a relevância do estudo da tecnologia nas economias industriais, o desenvolvimento do setor interno, ao importar máquinas e equipamentos dos países industrializados, importa também sua função de produção, caracterizada pela economia de mão-de-obra. Como resultado, mesmo a expansão do setor interno, ao não absorver os trabalhadores dos outros setores econômicos tem baixa capacidade de modificar a estrutura ocupacional do sistema.

Temos aqui, portanto, a primeira apresentação do processo de substituição de importações no livro *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Sem dúvida, Furtado retomou as considerações apresentadas nos livros *A economia brasileira* (1954) e *Formação econômica do Brasil* (1959). Contudo, sua reapresentação como fenômeno característico das economias subdesenvolvidas, demonstra a preocupação furtadiana de teorizar a partir da experiência histórica, concreta, dos países subdesenvolvidos. Adiante, como se verá, a análise da substituição é apresentada em toda a sua complexidade, incluindo sua ligação com a explicação estruturalista da inflação.

O que caracteriza o subdesenvolvimento é a heterogeneidade tecnológica, resultante “de um processo de enxerto [...] de uma ou mais empresas ligadas ao comércio das economias industrializadas em expansão”. Nessa perspectiva, o subdesenvolvimento não pode ser definido pelo nível de renda *per capita* do país, mas sim “pela importância relativa do departamento atrasado, e a taxa de crescimento é função do aumento da importância relativa do departamento desenvolvido” (Furtado, 209, p. 174). Decorre dessa definição que o crescimento de uma economia subdesenvolvida deve se dar modificando a estrutura produtiva, o que implicaria absorver a mão-de-obra dos setores atrasados ou de baixa produtividade até atingir maior homogeneidade entre os setores produtivos.

À medida que o desenvolvimento se processa, ou seja, em que cresce a participação dos setores exportadores e de produção para o mercado interno, maior será a necessidade de insumos e equipamentos importados, tributários da capacidade de importação gerada pelas exportações. O crescimento substitutivo de importações, ao atingir os setores de consumo duráveis e de bens de capital, aumenta ainda mais a necessidade de importações, pressionando cada vez mais o balanço de pagamentos.

Dessa forma, as economias subdesenvolvidas têm uma elevada dependência do intercâmbio externo no processo de formação de capital e a continuidade das transformações estruturais nesses sistemas dependem da relação entre o coeficiente de importações e as inversões líquidas.¹² Quanto mais intensivas em capital as indústrias em substituição, maior será a pressão sobre a capacidade de importar, resultando na “notória tendência ao desequilíbrio do balanço de pagamentos, observada em todos os países subdesenvolvidos que, de uma forma ou outra, tentam intensificar o seu crescimento” (Furtado, 2009, p. 186).

A contraface desses desequilíbrios, para Furtado, é a inflação, fenômeno comum aos países subdesenvolvidos em processo de crescimento e aceleração do processo de substituição de importações. Essa interpretação, que coloca a elevação dos preços como resultado de desequilíbrios entre os sistemas produtivos da economia destoa da visão corrente sobre o problema, sendo, como veremos, uma das inovações trazidas pelo livro.

Essa interpretação de Furtado deve ser colocada dentro do contexto maior dos debates da década de 1950. Embora sua análise da inflação como resultado de desequilíbrios estruturais da economia viesse sendo apresentada desde o texto em que comenta as palestras de Ragnar Nurkse, de 1952, a discussão estava no centro dos debates sobre política econômica para os países subdesenvolvidos. O diagnóstico de Furtado contrapunha-se aos programas de estabilização que o Fundo Monetário Internacional preconizava a diversos países com dificuldades de balanço de pagamentos, durante a década de 1950. Além disso, ocorre, no mesmo período, o surgimento da teoria estruturalista da inflação, frequentemente assimilada aos economistas cepalinos Juan Noyola Vásquez e Osvaldo Sunkel, embora seja possível afirmar, como o faz Boianovsky (2012, pp. 292-302), que Furtado foi um dos inspiradores da tese.

O diagnóstico sobre a elevação dos preços traz, também, uma proposta de política econômica. Para Furtado, as soluções propostas, desvalorização cambial ou deflação, não são eficazes nos países subdesenvolvidos e, ao adotá-las, deixa-se de “aprofundar a

¹² Referindo-se à economia brasileira, Furtado (2009, p. 186) estima que para um aumento de 12% no produto bruto decorrente de inversões, o coeficiente de importações teria que aumentar 24,3%.

análise das causas possíveis do desequilíbrio” (Furtado, 2009, p. 192). O essencial desse fenômeno não reside no lado monetário da economia, mas no fato de que “nas fases intermédias e superiores do subdesenvolvimento manifesta-se uma tendência estrutural à elevação do coeficiente de importações”, cuja razão principal é a “elevada densidade de importações na composição das inversões”, sobretudo quando o setor industrial interno está substituindo o setor de bens de produção (idem, p. 198). Em decorrência dessa característica dos países subdesenvolvidos, soluções como a contração monetária ou desvalorização cambial como mecanismos para conter a elevação dos preços e reduzir as importações são extremamente danosas em uma economia em fase de substituição de importações, pois “o coeficiente de importações seria muito mais elevado no setor das inversões que no de consumo”, podendo “frustrar totalmente a política de desenvolvimento” (idem, p. 199).¹³

Porém, a análise de Furtado não se resume à identificação da tendência ao desequilíbrio externo e à crítica ao tratamento convencional à inflação. Há outro fator que agrava o desequilíbrio externo e que exige, como solução, o planejamento econômico.

O sistema de preços, canalizando os investimentos para os setores tradicionais ou já instalados, onde a capacidade do empresário de calcular seus riscos e sua margem de lucro é mais certa, pretere os setores mais intensivos em capital, capazes de criar a capacidade produtiva interna responsável pela conclusão do processo de substituição de importações.¹⁴ A solução para romper com esses desequilíbrios está em “agir sobre a orientação das inversões, e não, necessariamente, sobre seu nível, pois, se assim procedermos, o equilíbrio somente será recuperado em um nível mais baixo de atividade econômica, mediante uma redução, portanto, do nível de investimento” (Furtado, 2009, p. 203).

Assim, Furtado identifica a tendência ao desequilíbrio externo não como resultante de fatores monetários, mas como expressão de um desajustamento entre os setores econômicos e as necessidades de inversão de uma economia subdesenvolvida em processo de substituição de importações. Esses desajustes fazem parte de um processo de instalação do setor de bens de produção que é intensivo em capital e que pressiona a capacidade para importar. Por isso, é necessário direcionar os investimentos e a poupança para atender a demanda dos novos setores, o que só possível através de uma política

¹³ Como nota Boianovsky (2012), Furtado pode tentar aplicar seu diagnóstico sobre a inflação no Plano Trienal, elaborado em 1962. Nele, previa-se uma ação de estabilização de curto prazo, conectada a uma série de medidas voltadas para canalizar a capacidade de importar para manter a taxa de crescimento e concluir o processo de substituição de importações.

¹⁴ Uma discussão sobre o sistema de preços como indicador de investimentos foi objeto de uma polêmica entre Celso Furtado e Otávio Gouveia de Bulhões. Sobre isso, ver Silva (2020).

econômica de desenvolvimento. Assim, a necessidade do planejamento, anunciada em outros capítulos aparece agora como uma necessidade premente para a manutenção do crescimento econômico em curso nos países subdesenvolvidos.

O último capítulo do livro, “Industrialização e Inflação: análise do desenvolvimento recente do Brasil”, teve sua primeira aparição na revista *Econômica Brasileira*, em 1960, sendo publicado em inglês apenas em 1967. O texto apresenta uma contra-leitura da questão inflacionária, considerando-a não como uma herança perversa que atravessou o desenvolvimento industrial brasileiro, mas como condição mesma para esse desenvolvimento. Para ele, a constante elevação no nível de preços criou as condições para a industrialização substitutiva de importações. Essa visão, embora possa ser retraçada à segunda metade da década de 1950 (Boianovsky, 2012, p. 302), evidencia um contraponto, não apenas às interpretações monetaristas da inflação, mas ao próprio estruturalismo, uma vez que essa teoria compreendia que a inflação atrasava o desenvolvimento, enquanto, para Furtado, ela acelerou o processo de industrialização, intensificando a transformação produtiva no Brasil.

Segundo Furtado, após a crise de 1929 abriu-se um período de busca cada vez mais consciente pela industrialização do país. Esse avanço foi acompanhado por três grandes ondas inflacionárias, resultantes, respectivamente, da “política de defesa do nível de emprego; o segundo, da emergência do mercado interno como centro dinâmico principal e o terceiro, da ruptura da barreira constituída pela capacidade para importar ao processo de formação de capital” (Furtado, 2009, p. 207). Na primeira fase, “medidas de amparo ao setor exportador engendraram uma política de defesa do nível de emprego que resultou ser decisiva para a superação da estrutura tradicional” (idem, p. 209). Na segunda, a adoção de medidas de controle quantitativo de importações, a partir de 1948, “vieram proporcionar uma proteção e favores ao setor industrial em escala nunca antes imaginada” embora esses incentivos tenham sido “administrados na ausência de plano ou concepção de conjunto do desenvolvimento econômico”. Como resultado, “os investimentos não se distribuíram com critério de complementaridade. Pior ainda: concentraram-se na razão inversa da essencialidade da indústria” (idem, p. 221). Assim, ao mesmo tempo que a inflação estimulou o avanço industrial, a ausência de uma política econômica de desenvolvimento ampliou os desequilíbrios estruturais na indústria, o que resultou em aumento da pressão pela ampliação das importações, tanto para manter o ritmo de crescimento quanto para atender as indústrias já instaladas com insumos, matérias-primas e peças de manutenção.

O terceiro período, que vigorava no momento de escrita do livro, teve como política orientadora uma solução conciliatória entre, de um lado, o avanço da substituição de importações e, de outro, a manutenção da capacidade instalada. A forte pressão inflacionária no período foi resultado da ausência recursos externos para financiamento e da crescente dependência de importações. A elevada inflação, que chegou “a extremos provocadores de grande desgaste social”, contudo, “abriu o caminho à superação definitiva da barreira apresentada pela capacidade de importar à formação de capital” (idem, p. 213). Para Furtado, o grande impulso dado à substituição de importações nos setores de “produtos intermediários, inclusive combustíveis líquidos, e de equipamentos”, típicos da segunda metade da década de 1950, foi capaz de “romper a barreira da capacidade para importar, encerrando a fase das pressões inflacionárias incontíveis” (Furtado, 2009, p. 213). Com isso, Celso Furtado entende o problema inflacionário, em finais de 1960, como próximo ao fim, o que não se confirmará nos anos seguintes.

Dessa forma, para Furtado, “nas condições em que se processou o desenvolvimento [...], a inflação resultou ser condição necessária da industrialização”, ou seja, ela “não foi exterior ao processo de industrialização: serviu-lhe de instrumento na remoção de obstáculos” (idem, p. 217-222). Com isso, evidencia-se, uma vez mais, a interrelação entre os capítulos do livro, avançando e adensando as proposições. Nesse caso, a tese discutida no capítulo anterior, segundo a qual a inflação é decorrente de desequilíbrios estruturais é corroborada pela análise do caso brasileiro, complementando-se na conclusão de que “a causa última da inflação não esteve no desenvolvimento, e sim na ausência de uma política autêntica de desenvolvimento” (idem, p. 223).

Desenvolvimento e subdesenvolvimento: síntese conceitual, análise histórica e formulação teórica do subdesenvolvimento.

Após esse percurso, cabe retomar as principais questões levantadas ao longo do texto. A oscilação no tratamento do livro, entre a coletânea e a síntese pode ser explicada pela historicidade própria de alguns capítulos, que tiveram vida quase autônoma desde sua publicação, como foi o caso do capítulo dois. Todos, no entanto, trazem as marcas das condições de sua produção, momento histórico, político, econômico e são, também, peças de intervenção em debates econômicos. Porém, essa historicidade não explica a totalidade orgânica em que se transformaram ao serem reunidos e reformulados. Por isso, demonstram a evolução do pensamento de Celso Furtado que, ao longo da década de 1950 cercou e interrogou a problemática do subdesenvolvimento de diversos ângulos, tais

como: a problemática do desenvolvimento na teoria econômica, o mecanismo básico do desenvolvimento, a análise histórica dos fatores institucionais que favorecem ou impediram o surgimento e a continuidade do desenvolvimento. Dessas especificidades, examinadas, pensadas e repensadas, emergiu uma nova definição de subdesenvolvimento, construída em decorrência da investigação histórica da origem das economias industriais, suas principais características e da forma como enlaçaram as economias arcaicas em sua teia de produção e consumo.

Mas, compreender o subdesenvolvimento enquanto um processo histórico autônomo, resultado da interligação ao capitalismo industrial, não foi suficiente para explicar sua especificidade. Entre a descrição formal do mecanismo de desenvolvimento e a conceitualização histórica do fenômeno do subdesenvolvimento, restava ainda a análise concreta dos problemas típicos das economias subdesenvolvidas, o que foi feito pelo exame da tendência ao desequilíbrio do balanço de pagamentos e a inflação. Em todos esses passos, Furtado oscilou entre a mobilização da experiência histórica e a intervenção nas discussões do presente, para romper as barreiras entre formulação teórica e exame do passado. É exatamente pela combinação orgânica desses dois elementos que podemos considerar esse livro como um desdobramento conceitual do subdesenvolvimento tributário do mesmo método de análise de *Formação Econômica do Brasil*.

A análise histórica foi fundamental para desvelar as condicionantes do desenvolvimento. Ao enfatizar os fatores institucionais que atuam na determinação do montante de investimentos no setor interno e sua capacidade de irradiação para o conjunto da economia, Celso Furtado recuperou o conceito de excedente econômico e sua utilização pelos grupos sociais minoritários que dele se apropriam, dentro de uma estrutura de dominação. A reutilização dessa categoria trouxe para a teoria econômica a dominação política e os sistemas sociais que não necessariamente se orientam segundo a racionalidade do *homo economicus*.

E foi a História que permitiu a releitura da história ocidental desde a Revolução Industrial e demonstrar a peculiaridade da experiência inglesa de industrialização mesmo frente às outras economias que passaram por um processo de mecanização da produção ainda no século XIX. Ao singularizar o processo, refutou as teorias que postulavam que ele se repetiria em todos os países subdesenvolvidos, sendo uma questão de tempo até se chegar ao desenvolvimento. A concepção de subdesenvolvimento de Celso Furtado é radicalmente histórica, pois essas economias são inconcebíveis sem o processo de expansão capitalista que lhes deu origem e as moldou como sistemas heterogêneos nos

quais nem sempre o moderno se generaliza e absorve o arcaico. Nesse momento de seu livro, o autor já rompeu com as principais teorias do desenvolvimento econômico e avançou na incorporação da história para a explicação do fenômeno do subdesenvolvimento.

A segunda parte do livro pode ser considerada como a análise da dinâmica interna desse sistema subdesenvolvido, especialmente no que se refere à tendência ao desequilíbrio externo, às causas do processo inflacionário e da relação deste com a industrialização. Se na primeira parte de *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* a dificuldade foi formular o problema do subdesenvolvimento superando ou refutando as teorias existentes, a segunda parte, ao descrever o funcionamento das economias subdesenvolvidas, dialogava com as discussões sobre a política econômica no Brasil e na América Latina. A análise dos desafios do processo de substituição de importações, por si só, validava a inevitabilidade desse caminho, não cabendo mais um retorno ao passado agrário-exportador do subcontinente. Tratava-se de compreender as consequências desse processo, a tendência ao desequilíbrio externo e a inflação. Nessa análise, Celso Furtado, em consonância com a teoria estruturalista da inflação, demonstrou como a elevação do nível de preços não era causa do desequilíbrio, mas resultado do mesmo. A solução viria com a internalização da produção de bens de capital, que finalmente reduziria as necessidades de importação, eliminando o desequilíbrio externo e sua manifestação monetária, a inflação.

Esse diagnóstico criticava as soluções para a economia latino-americana e brasileira que entendiam a expansão monetária como fator autônomo, decorrente de decisão política e cuja solução estaria na desvalorização cambial e no equilíbrio orçamentário. Se, nessa análise, Furtado filiava-se a outros autores latino-americanos que propuseram a teoria estruturalista da inflação, o exame apresentado no último capítulo, colocando a inflação como um fenômeno que garantiu a elevada rentabilidade dos investimentos industriais e da substituição de importações depois de 1930 é uma marca originalíssima desde livro.

Dessa forma, muito mais que uma coleção de ensaios teóricos, *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* é uma obra de síntese do pensamento de seu autor, de fechamento de sua concepção sobre o subdesenvolvimento e, também, junção acabada de teoria e história, derivando a análise da estrutura econômica com categorias elaboradas pelo exame histórico, marca distintiva da obra de Celso Furtado.

Bibliografia

BIANCONI, Renata; COUTINHO, Mauricio C. O desenvolvimento como processo de mudança cultural: as conexões entre excedente e estruturas sociais na visão de Celso Furtado. *Nova Economia*, v. 29, p. 1141-1169, 2020.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Celso Furtado e o pensamento econômico latino-americano. *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80* São Paulo: Editora 34, 2001, pp. 109-25.

_____. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo 1930-1964*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2004.

BOIANOVSKY, Mauro. A view from the tropics: Celso Furtado and the theory of economic development in the 1950s. *History of Political Economy*, v. 42, n. 2, p. 221-266, 2010.

_____. Celso Furtado and the structuralist-monetarist debate on economic stabilization in Latin America. *History of Political Economy*, v. 44, n. 2, 2012, p. 277-330.

BYÉ, Maurice. Préface. In: FURTADO, Celso. *Développement et sous-développement*. avant-propos de J.-R. Boudeville; préface de Maurice Byé. Paris: Presses Universitaires de France, 1966. (Collection: Théoria).

COUTINHO, Maurício C. A Economia Brasileira (1954), de Celso Furtado. *História e Economia Revista Interdisciplinar*. v. 18 n. 1, 2017.

_____. Formação Econômica do Brasil. In : FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Edição comemorativa 50 anos. Org. de Rosa Freire d'Águar. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

DEUTSCH, S. E. (1966). [Review of Development and Underdevelopment, by C. Furtado]. *The Sociological Quarterly*, 7(1), 95–96. <http://www.jstor.org/stable/4105135>

DOBB Maurice. (1965). [Review of Development and Underdevelopment, by Celso Furtado]. *Economica*, 32(128), 460–461. <https://doi.org/10.2307/2552775>

FURTADO, Celso. (1952). Formação de capital e desenvolvimento econômico. *Revista brasileira de Economia*, 6(3), 7-45.

_____. *A Economia Brasileira* (Contribuição à análise de seu desenvolvimento). Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1954.

_____. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* [1961]. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2009.

_____. *Développement et sous-développement*. avant-propos de J.-R. Boudeville; préface de Maurice Byé. Paris: Presses Universitaires de France, 1966. (Collection: Théoria).

_____. *A fantasia organizada*. In: FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. Organização de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Paz e Terra: Volume 1, 1997a.

_____. *A fantasia desfeita*. In: FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. Organização de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Paz e Terra: Volume 2, 1997b.

_____. *Aventuras de um economista brasileiro*. In: FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. Organização de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Paz e Terra: Volume 1, 1997c.

_____. *Os ares do mundo*. In: FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. Organização de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Paz e Terra: Volume 3, 1997d.

_____. *Diários Intermitentes (1937-2002)*. Organização e notas de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.

_____. *Correspondência Intelectual (1949-2004)*. Organização, apresentação e notas de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

MALLORQUÍN, Carlos. *Celso Furtado, um retrato intelectual*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto; Xamã, 2005.

MUELLER, H. G. (1963). [Review of Desenvolvimento e subdesenvolvimento, by C. Furtado]. *The American Economic Review*, 53(3), 484–486. <http://www.jstor.org/stable/1809189>.

OLIVEIRA, Francisco. *A navegação venturosa*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PEREIRA, Rafael Fernandes. *Celso Furtado e a História do Pensamento Econômico*. Varginha, Universidade Federal de Alfenas, 2018. (Trabalho de conclusão de curso)

ROMANO, Ruggiero. Prefácio à edição italiana. In: FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Edição comemorativa 50 anos. Org. de Rosa Freire d’Águar. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

SILVA, Roberto Pereira. *Celso Furtado, entre a história e a teoria econômica (1948-1959): uma interpretação historiográfica*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2014 (Tese de Doutorado)

_____; BATTAHIN, Janaína Fernanda. Celso Furtado, Caio Prado Júnior e a História do Pensamento Econômico na década de 1950. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 56, p. 110-141, 2020

_____. O debate entre Celso Furtado e Octávio Gouveia de Bulhões: uma outra controvérsia sobre o planejamento econômico no Brasil. *História Econômica & História de Empresas*, v. 24, n. 1, p. 65-97, 5 mar. 2021.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Celso Furtado. *Estudos Avançados*, n. 15, vol. 43, 2001, pp. 347-362.